

- XLI -

CURSO DE PEDAGOGIA: DE ONDE VEM E PARA ONDE VAI

Izanir Zandona

UNOESC (educacaoadm@yahoo.com.br)

Maria de Lourdes Pinto de Almeida

UNOESC (malu04@gmail.com)

INTRODUÇÃO

A universidade hoje se pergunta e reflete sobre o seu papel na formação educacional de seus alunos. Seria ela preparar para o mercado de trabalho, capacitando-os para desempenhar atividades profissionais ou prepara-los para exercerem um papel social de cidadãos profissionais que contribuam para o desenvolvimento da sociedade como um todo e prover sua existência humana consciente. Abordar a formação dos pedagogos, dos professores nos cursos de Pedagogia, suas ênfases ao longo de sua história que definiram o papel do educador e sua atuação depois de concluído o curso, conduz nosso trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Historicamente, desde a criação dos primeiros cursos de Licenciatura no Brasil, pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, nos anos 30 do século XX, mais especificamente através do Decreto Lei nº 1190 de 1939, que deu início ao modelo 3+1, foi constatado uma fragmentação na forma como estes cursos estão organizados, que gera um descompasso entre as propostas formadoras e a realidade do trabalho dos professores. A dimensão pedagógica é minimizada. Nesse período também foi um momento de grande entusiasmo e otimismo em relação à educação a ponto de se supervalorizar o processo educacional.

A partir de 1937, com o “Estado Novo” esse debate é interrompido e passa a predominar os educadores que aceitavam subsidiar tecnicamente a Ditadura, em nome de

uma neutralidade pedagógica. Nesse período autoritário o controle sobre o ensino superior foi sempre maior e o próprio pensamento educacional acabou por subordinar-se em grande parte à ideologia dominante.

Em 1961, a Lei 4024 de diretrizes de bases da educação nacional (LDB) entrou em vigor, e permaneceu como orientação básica até as Leis 5.540/68 e 5.692/71 a substituírem, respectivamente normatizando o ensino superior e o ensino de 1º e 2º graus. Segundo Scheibe (1983), buscava-se também, com estas leis e outros pareceres do Conselho Federal de Educação (CFE), disciplinar e dinamizar a formação dos professores em nível superior e superar a dicotomia conteúdo-método.

A lei 5.540/68 tratou da Reforma Universitária e não trouxe mudanças significativas. Essa Reforma chegou num momento de séria crise política, diferente da LDB (1961), caracterizada como um documento mais permissivo que afirmativo, que fora elaborada um momento de abertura política que buscava superar os problemas da Universidade elitista.

Tratando especificamente sobre o Curso de Pedagogia e sua trajetória histórica buscamos no trabalho de Carmem Silvia Bissolli da Silva, no livro *Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas*, organizado por Selma Garrido Pimenta.

Silva (2002) identifica o período que vai de 1939 a 1971 como um período de regulamentações fundamentais para o curso de Pedagogia. Cita o Decreto 1.190/39, o Parecer CFE nº 251/62 e o Parecer CFE nº 252/69. Percebe-se neste período as transformações ocorridas na concepção e finalidades.

No período seguinte, demarcado por Silva, de 1973 a 1977, há dois movimentos em relação ao curso de Pedagogia, um de substituí-lo por outros cursos e habilitações, outro projetando ao curso e ao pedagogo a característica de estudioso da teoria, dos fundamentos ou da metodologia da educação (SILVA, 2002).

O terceiro período (1978 – 1999) é caracterizado como um momento de muitas propostas organizadas por grupos engajados no processo de revisão da formação do educador. Neste período, em 1988, foi promulgada a nova Constituição do país, que trouxe esperança de encontrar novas alternativas organizacionais para os cursos de formação de professores. E, segundo Saviani (2005) a nova Constituição abria caminho para contemplar reivindicações do movimento docente e a elaboração das nova LDB para a educação nacional, que se concretizou em 1996 pela Lei nº 9.394.

Em relação ao curso de Pedagogia iniciou-se um processo de construção das Diretrizes para o curso de Pedagogia com discordâncias de posições sobre a identidade e função do

curso, marcado pela tendência dicotômica de acentuação maior ou na teoria e especialização, ou na docência como prática e saber fazer.

Em 17 de março 2005, após seis anos de relativo silêncio, o Conselho Nacional de Educação (CNE), divulgou uma minuta de Resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia. “O documento foi amplamente rejeitado pela comunidade acadêmica, por encaminhar, para o curso de Pedagogia, diretrizes claramente identificadas com o Curso Normal Superior.” (SCHEIBE, 2007, p. 11). Foi elaborado um novo parecer, aprovado em reunião do Conselho Pleno Nacional de Educação, com a presença de importantes organizações dos educadores.

No período subsequente entramos num processo de grande demanda educacional, com investimentos públicos e políticas de acesso à educação. A demanda por educadores aumentou, contudo a procura pelos cursos não era grande. O que demandou reestruturação em muitas instituições de Ensino Superior. A Educação a Distância se estrutura e expande sua atuação, as iniciativas privadas aumentam sua atuação apoiadas pelo Estado para absorver o número de estudantes financiados pelo Estado através de programas. Empresas veem na educação uma fonte significativa de lucro. Politicamente é um período em que as forças neoliberais se acentuam e atuam com grande impacto na sociedade e nas forças políticas. Em 2016, acontece o golpe que acabou por destituir a Presidenta Dilma Rousseff e assumiu o vice Michel Temer. A partir deste período foram implementadas medidas políticas e econômicas que afetaram diretamente a educação. O congelamento por 20 anos em gastos públicos (Emenda Constitucional nº 95) compromete o cumprimento do Plano Nacional de Educação aprovado em 2014. Parcerias Público-privadas na educação comprometendo a educação pública. A ampliação exponencial dos cursos à distância, comprometendo a solidez de ensino proporcionando um preparo mínimo. Neste roll de cursos à distância, ganha destaque o curso de Pedagogia. A Base Nacional Comum Curricular aprovada em 2017 com a preocupação em construir um currículo único e uniforme, colocando em risco as diversidades regionais e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo historiado sucintamente o processo da organização da formação dos professores e o curso de Pedagogia fica evidente a indagação e a incerteza para onde caminha o Curso de Pedagogia, qual seu propósito na formação dos professores, qual sua identidade. Para quê e para quem estão sendo preparado os novos pedagogos. A trajetória do curso tem-

se revelado turbulenta e objeto dos interesses hegemônicos da sociedade. Contudo, percebe-se também que esse domínio não é absoluto, pois enfrenta a organização e a mobilização dos educadores. Enfim, o Curso passa por um período de redefinição e de esvaziamento da reflexão em torno dos fundamentos educacionais e caminha para o abreviamento e uma acentuação aguda na prática docente baseada em modelos e ‘cartilhas’ prontas, prática extremamente alinhada com uma educação neoliberal que enfatiza a mercantilização da educação.

REFERÊNCIAS

SAVIANI, Dermeval. **História da Formação docente no Brasil: três momentos decisivos**. Santa Maria, v. 30 – n. 02, p. 11-26, 2005.

SILVA, Carmen Silvia Bissolli da. **Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança**. In: PIMENTA, S.G.; LIBÂNEO, J.C. (Org.). *Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHEIBE, Leda. **Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia: trajetória longa e inconclusa**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n.130, p. 43-62, jan. 2007.

SCHEIBE, Leda. **A formação pedagógica do professor licenciado**. *Perspectiva*; CED, Florianópolis, p. 31-45. Ago/Dez. 1983